



# Gobernanza multinivel de la Amazonia

BUELVAS, Eduardo Pastrana; STOPFER, Nicole (Orgs.) (2020)  
**Gobernanza multinivel de la Amazonia.** Fundación Konrad  
Adenauer: ESAP. 423 pp.

Eduardo Pastrana Buelvas, profesor de Relaciones Internacionales na Pontificia Universidade Javeriana de Bogotá, e Nicole Stopfer, diretora do Programa Regional de Segurança Energética e Mudanças do Clima na América Latina (EKLA), são os responsáveis pela organização da obra intitulada “*Gobernanza multinivel de la Amazonia*”. Resultado da cooperação institucional entre a Fundação Konrad Adenauer e a Escola Superior de Administração Pública (ESAP) da Colômbia,

o objetivo do livro era produzir insumos para processos de negociação e tomada de decisão política, tendo como referência os desafios da governança multinível e os possíveis impactos regionais e globais da degradação da floresta amazônica (p. 15).

Destarte, destaca-se no “Prólogo” a importância da Amazônia para a comunidade internacional, não só pelo seu alto nível de biodiversidade e da disposição abundante de recursos naturais, como tam-

bém pela sua relevância para a regulação global do clima. O problema que surgiria nesse contexto é a dificuldade de manter uma governança ambiental da região, sobretudo em decorrência de três variáveis.

Primeiramente, as condições geográficas desse ecossistema complicariam a vigilância de atividades extrativistas ilegais e predatórias. Em seguida, estaria a dificuldade de agregar a pluralidade de interesses dos atores e instituições envolvidas na tomada de decisão, retardando a institucionalização de acordos regionais em prol da conservação do bioma. Finalmente, pedra angular desses dois fatores anteriores é a priorização da soberania pelos países que compartilham a Amazônia em detrimento da cooperação e diálogo sobre os desafios enfrentados por esses Estados atualmente (p. 11). Tendo esses elementos em mente, o livro foi organizado em três seções.

Na primeira seção é construído um marco interpretativo que coloca em debate o que se teoriza sobre os conceitos de governança multinível e governança ambiental, ao mesmo tempo em que busca entender quais seriam os desafios para a aplicação desses conceitos na prática. Com essa

discussão, os autores não só produzem recomendações sobre como melhorar a governança ambiental multinível para a Amazônia, como também elencam os quatro obstáculos atuais para o avanço desse processo, sendo eles: (I) a incapacidade de construir uma agenda comum, (II) a reprimarização da economia, (III) a transição política para partidos de direita e extrema direita e (IV) as assimetrias de poder inerentes à arquitetura regional de governança ambiental (p. 30-37).

Na segunda seção, composta por sete capítulos, a discussão proposta pelos autores pode ser dividida em dois eixos. O primeiro eixo diz respeito ao debate sobre os distintos mecanismos de cooperação multilateral e regional, especificamente a Organização do Tratado para Cooperação Amazônica (OTCA), a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças do Clima (UNFCCC, do inglês), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul). Os autores utilizam de várias abordagens para debater-se sobre esses mecanismos e compreender suas possíveis contribuições para a governança ambiental na região. Resultado

desses esforços é a consideração comum de que, para além da dificuldade de coordenação e ação prática em prol da conservação e proteção da Amazônia, há nessas instituições uma primazia do discurso neoliberal para o desenvolvimento sustentável, ao passo em que reduz ecossistemas complexos à recurso de desenvolvimento econômico.

Por outro lado, o segundo eixo dessa seção é composto por estudos comparados entre Brasil, Colômbia e Peru, tendo como ênfase as agendas de segurança ambiental, política externa e cooperação regional para o meio ambiente. Os autores evidenciam o papel fundamental das Forças Armadas dos três países com base na sua capacidade de colocar em ação medidas em prol do desenvolvimento, defesa e conservação ambiental na Amazônia. No entanto, os capítulos sobre política externa e cooperação regional questionam essa ideia ao argumentar que a “militarização verde”, ainda que seja estratégia eficaz para lidar com temas como narcotráfico, não seria suficiente no que diz respeito à coordenação de ações a longo prazo para a recuperação da devastação já perpetrada. Além disso, também não seria suficiente para a construção de

laços de confiança entre os países e com as comunidades que compartilham a selva amazônica (p. 278).

Enfim, a terceira seção é composta por quatro capítulos que, com exceção do último, utilizam dos estudos de caso para alcançar os resultados esperados. No primeiro capítulo, discute-se a situação da Amazônia e da agenda ambiental brasileira, destacando a desestruturação da institucionalidade ambiental nacional a partir da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Para o segundo capítulo, os autores reservaram-se a debater a Amazônia peruana, explorando a partir de dados estatísticos como diversos setores econômicos contribuem para a destruição gradual do bioma e a dificuldade das autoridades políticas do país em lidar com isso, em decorrência da falta de capacidade institucional e legal para endereçar corretamente este problema.

Com relação ao terceiro capítulo desta seção, os autores buscam analisar a centralidade das Forças Armadas da Colômbia na governança amazônica. Para que isso fosse possível, foram ressaltadas as estratégias implementadas até então e, adicionalmente, apresentadas algumas recomenda-

ções para o fortalecimento desse papel no futuro (p. 358). Para fechar as discussões promovidas ao longo de todo livro, o último capítulo evidencia a pluralidade do espaço amazônico, seja em termos de atores com distintos interesses, seja nas mais variadas formas de ser e conhecer. A proposta final do autor passa pela criação de um “mandato democrático para a proteção da Amazônia e do planeta” (p. 388), solução vista como a única via possível caso os tomadores de decisão tenham interesse em mitigar a degradação florestal e preservar a riqueza imaterial contida na região.

Por sua vez, o livro em questão certamente contribuirá para a comunidade acadêmica por duas razões. Em primeiro lugar, pois problematiza o baixo nível de inclusão das comunidades de povos que vivem na floresta – e dependem dela – nos espaços institucionais que visam discutir a proteção e conservação da Amazônia. Em segundo lugar, pois inova ao encerrar cada um dos capítulos com recomendações para o avanço e aprimoramento de políticas públicas em cada contexto apresentado, tendo como embasamento extensa revisão bibliográfica sobre os temas discutidos e análise

profunda com base em dados coletados em documentos oficiais e por meio de entrevistas.

Raí Luís Honorato